

1) Princípio da Administração Pública Brasileira, incluído pela EC n. 19/98:

- a) garantia.
- b) segurança.
- c) equidade.
- d) eficiência.

2) Assinale a alternativa correta:

- a) é admitida a acumulação remunerada de dois empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, independentemente de compatibilidade de horários.
- b) a proibição de acumular estende-se a empregos, funções e estágio remunerado e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- c) os atos de improbidade administrativa acarretarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) as pessoas jurídicas de direito público somente responderão pelos danos que seus agentes causarem, nessa qualidade, com dolo.

3) Com a Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, instituiu-se um teto remuneratório para o serviço público, o qual foi recentemente implementado. Esse teto mais precisamente se refere ao:

- a) salário de Ministro do STJ.
- b) salário de Ministro do STF.
- c) subsídio de Ministro do STF.
- d) subsídio de Ministro do STJ.

4) Aos Juízes Federais compete processar e julgar:

- a) as causas de falência.
- b) as causas de acidente de trabalho.
- c) as causas eleitorais.
- d) as causas de interesse de empresa pública federal na qualidade de ré.

5) São Órgãos de segundo grau na Justiça Federal:

- a) o STF.
- b) o STJ.
- c) os Tribunais Regionais Federais.
- d) os Tribunais Regionais Eleitorais.

6) Sobre capacidade processual, é incorreto afirmar que:

- a) A capacidade de estar em juízo é pressuposto processual positivo de validade, de modo que, se ausente, deve impedir o juiz de julgar o mérito.
- b) Para que se esteja diante da capacidade processual (capacidade de estar em juízo), basta a capacidade de direito, isto é, basta a capacidade de ter direitos e assumir obrigações.
- c) Os absoluta e os relativamente incapazes podem ser parte, mas não podem praticar atos processuais, pois não têm capacidade processual.
- d) Às pessoas a que a lei material não reconheça a aptidão para praticar, por si mesmos, os atos da vida civil, é necessária a integração da capacidade de direito, de que são titulares, com uma outra capacidade, que não têm, para o exercício.

7) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a resposta correta.

I – Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos

tem capacidade para estar em juízo.

II – O juiz dará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele.

III – O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

IV – Serão representados em juízo, ativa e passivamente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores, e o Município, por seu Prefeito ou procurador.

- a) I e IV são incorretas.
- b) II e IV são incorretas.
- c) III e IV são incorretas.
- d) Todas são corretas.

8) Sobre a competência da Justiça Federal, julgue os itens abaixo:

I – A competência da Justiça Federal, dentro da clássica definição, abrange matéria civil e matéria penal, sendo que, em ambas, ora a competência se firma em razão da pessoa, ora em razão da matéria.

II – Embora definida na Constituição da República, o legislador ordinário pode estender a competência da Justiça Federal, de modo a ampliar as hipóteses de incidência além daqueles limites expressamente previstos no texto constitucional.

III – A competência criminal geral da Justiça Federal abrange os crimes e contravenções praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, de suas autarquias ou de suas empresas públicas.

IV – Estão incluídas na competência da Justiça Federal as causas relativas à

falência ou de acidente do trabalho.

- a) I está correta.
- b) II e III estão corretas.
- c) I e IV estão corretas.
- d) I e II estão corretas.

9) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a resposta correta.

I – As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

II – As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

III – Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

IV – Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

- a) Há uma assertiva correta.
- b) Há duas assertivas corretas.
- c) Há três assertivas corretas.
- d) Há quatro assertivas corretas.

10) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a resposta correta.

I – A competência absoluta, informada pela prevalência do interesse público, é indisponível às partes e se

impõe com força cogente ao juiz.

II – A competência relativa pode ser afastada pelos litigantes e ser conhecida de ofício pelo juiz, em qualquer tempo e grau de jurisdição.

III – Declarada a incompetência do juiz, pelo critério funcional, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.

IV – Pelo fenômeno da prorrogação de competência, a competência de um juízo é ampliada, para abranger determinada causa que, pelas regras gerais, nela não estaria incluída, mas a prorrogação somente pode alterar a competência relativa.

- a) II está incorreta.
- b) II e I estão corretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) II e IV estão corretas.

11) Marque a alternativa correta:

a) Nas ações fundadas em direito real sobre móveis é competente o foro da situação da coisa.

b) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.

c) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

d) A competência em razão da matéria e da hierarquia é derogável por convenção das partes; mas estas não podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão

propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.

12) Em relação aos elementos da ação, julgue os itens a seguir.

I – São elementos da ação: parte, causa de pedir e pedido. A parte consiste no elemento subjetivo; o pedido, elemento objetivo; causa de pedir, elemento causal. Há posicionamento doutrinário que também denomina a causa de pedir como elemento causal.

II – Os elementos identificam a ação, servindo para a compreensão e resolução de determinados fenômenos processuais como a litispendência, preempção, coisa julgada material, conexão, continência e prejudicialidade externa.

III – A causa de pedir consiste em se indicar na petição inicial quais os fatos constitutivos de seu afirmado direito a obter o bem da vida (causa de pedir fática ou próxima) e os fundamentos jurídicos do seu pedido (causa de pedir jurídica ou remota), devendo demonstrar que os fatos narrados se enquadram em determinada categoria jurídica.

IV – O pedido corresponde ao objeto da ação, ou seja, é aquilo que se pede ao juiz, a matéria objeto do provimento jurisdicional. Por meio dele o autor transporta para o plano processual o conflito existente no plano material, reclamando ao juiz uma tutela jurisdicional que atenda ao seu afirmado direito.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens II e III estão incorretos.
- b) Todos os itens estão corretos.
- c) Todos os itens estão incorretos.

- d) Somente o item II está incorreto.
- 13) Assinale a assertiva incorreta.
- a) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
- b) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei, sendo que essa modificação, em nenhuma hipótese, será permitida após o saneamento do processo.
- c) O processo civil começa e se desenvolve somente por iniciativa da parte, não comportando impulso oficial, em decorrência dos princípios dispositivo e da inércia da jurisdição.
- d) A propositura da ação só constituirá em mora o devedor e interromperá o prazo prescricional depois que o réu for validamente citado.
- 14) Assinale a assertiva incorreta.
- a) Ocorre carência de ação quando ausente uma das condições da ação.
- b) São condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual.
- c) Sendo as condições da ação questões de ordem pública, pode o juiz decidir mais de uma vez a respeito dessa matéria, até a prolação da sentença.
- d) O juiz não pode conhecer de ofício a ausência das condições da ação no processo, sob pena de violar o princípio da imparcialidade do julgador.
- 15) Ocorre extinção do processo, sem julgamento do mérito, EXCETO:
- a) Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- b) Quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.
- c) Quando se verificar a convenção de arbitragem.
- d) Quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.
- 16) Em relação aos pressupostos processuais, assinale a assertiva incorreta.
- a) São exemplos de pressupostos processuais de existência da relação processual a jurisdição, a citação, a capacidade postulatória em relação ao autor e a petição inicial.
- b) Constituem pressupostos processuais de validade da relação processual a petição inicial apta, a citação válida, a capacidade processual, a competência do juiz a imparcialidade do juiz (inexistência de impedimento do juiz), e a competência do juízo (inexistência de incompetência absoluta do juízo).
- c) A conversão de arbitragem é pressuposto processual negativo, posto que impede a apreciação pelo judiciário da questão controvertida, em razão de prévia disposição convencional acordada entre os litigantes.
- d) A declaração da incompetência absoluta não acarreta a extinção do processo, tendo como consequência a anulação dos atos decisórios e o envio dos autos para o juiz competente.
- 17) Conforme dicção do CPC, não estão sujeitas, dentre outros casos, ao reexame necessário:
- a) As sentenças em que a Fazenda Pública for condenada em valor menor ou igual a sessenta salários mínimos e as que estiverem em consonância com súmula ou jurisprudência do plenário do STF ou de tribunal superior competente;
- b) As sentenças em que a Fazenda Pública for condenada em valor menor que sessenta salários mínimos e as que estiverem em consonância com súmula ou jurisprudência do plenário do STF ou de tribunal superior competente;
- c) As sentenças em que a Fazenda Pública for condenada em valor menor ou igual a sessenta salários mínimos e as que estiverem em consonância com súmula ou jurisprudência do plenário do STF ou com súmula de tribunal superior competente;
- d) As sentenças em que a Fazenda Pública for condenada em valor menor ou igual a sessenta

salários mínimos e as que estiverem em consonância com súmula ou jurisprudência de quaisquer dos órgãos julgadores do STF ou de tribunal superior competente.

18) A sentença sem assinatura do juiz é:

- a) Nula;
- b) inexistente;
- c) anulável;
- d) é válida, mas ineficaz.

19) Dispõe o art. 460 do CPC que “É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado”. A redação do referido artigo é manifestação do princípio processual do(a):

- a) inafastabilidade da jurisdição;
- b) juiz natural;
- c) ampla defesa;
- d) adstrição.

20) Considere as seguintes assertivas:

I – A motivação da sentença pode fazer coisa julgada material, ainda que não verse sobre questão prejudicial da demanda e mesmo que não haja requerimento da parte interessada.

II – O dispositivo da Sentença sempre faz coisa julgada material.

III – Os limites subjetivos da coisa julgada material estão, via de regra, adstritos às partes.

À luz da legislação processual em vigência, estão corretas:

- a) a assertiva III, somente;
- b) as assertivas I, II e III;
- c) as assertivas I e III, somente;
- d) as assertivas II e III, somente.

21) São requisitos do relatório, exceto:

- a) nome das partes;
- b) suma do pedido;
- c) análise das questões de fato e de direito;
- d) registro das principais ocorrências do processo.

22) Sobre a coisa julgada e considerando o disposto no CPC, assinale a alternativa correta:

- a) Após o trânsito em julgado, reputam-se deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido;
- b) Considera-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário;
- c) O Juiz não pode, em nenhuma hipótese, decidir novamente as questões já decididas relativamente à mesma lide;
- d) A questão prejudicial pode fazer coisa julgada independentemente de requerimento da parte.

23) Constituem pressupostos do mandado de segurança, exceto:

- a) Ato comissivo ou omissivo de autoridade;
- b) Dano ao patrimônio público;
- c) Direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*;
- d) Ilegalidade ou abuso de poder.

24) A respeito do mandado de segurança, julgue os itens seguintes:

I – o prazo para impetração do mandado de segurança é de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado;

II – o mandado de segurança é ação constitucional cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, sendo este o direito que resulta de fato certo;

III – qualquer partido político é legitimado para a propositura do mandado de segurança coletivo;

IV – apenas os partidos políticos com filiados em todas as unidades federativas podem propor o mandado de segurança coletivo.

- a) Apenas o item I está correto;
- b) Apenas o item II está correto;
- c) Apenas o item III está correto;
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.

25) Dentre os objetivos que norteiam a Seguridade Social, equidade na forma de participação no custeio (art. 194, V, CF/88) equivale a dizer que:

- a) Considerando-se que todos são iguais, todos tem a mesma capacidade contributiva.
- b) Quem tem maior capacidade contributiva, deve contribuir com mais e quem tem menor capacidade, com menos.
- c) A todos deve ser dispensado o mesmo tratamento, indistintamente.
- d) Cada pessoa deve contribuir, independentemente de suas possibilidades.

26) Com relação à Saúde, não é correto dizer que:

a) É um direito de cidadania, garantido mediante políticas sociais e econômicas.

b) Na organização das ações e serviços públicos de saúde também se insere a participação da comunidade.

c) A saúde exige contribuição prévia.

d) Compete ao SUS(Sistema Único de Saúde) colaborar na proteção do meio-ambiente, nele compreendido o do trabalho.

27) Na área da Assistência Social, a Constituição de 1988 determina que:

a) A assistência social será prestada a todos os brasileiros, incluindo os que dela não necessitem.

b) É exigida a comprovação de contribuições à seguridade social, para ter direito à assistência.

c) O amparo às crianças independentemente de sua condição sócio-econômica.

d) Ao idoso ou à pessoa portadora de deficiência é garantido um salário mínimo mensal, exigindo-se apenas que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, conforme disposição legal.

28) Das sentenças proferidas nos Juizados Especiais Cíveis, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, é correto afirmar:

a) não caberá nenhum recurso, podendo a sentença ser executada de imediato, em função dos princípios da celeridade e da economia processual.

b) caberá recurso inominado, sendo as partes obrigatoriamente representadas por advogado.

c) caberá recurso inominado, sendo desnecessária a representação das partes por advogado, em razão do princípio da informalidade.

d) caberá recurso de agravo de instrumento para o próprio Juizado.

29) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

a) como autores, as pessoas físicas e as microempresas, ficando excluídas as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei.

b) como réus, somente a União e suas autarquias.

c) como réus, somente a União, autarquias e fundações.

d) como réus, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

30) No tocante aos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais, instituídos pela Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, avalie as proposições a seguir:

I - Aplica-se a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que não conflitar com a Lei 10.259, de 12 de julho de 2001.

II - O Juizado Especial Federal Criminal tem competência para processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal e os relativos às infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, ou multa.

III - Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar e julgar todas as causas de competência da Justiça Federal até o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças.

IV - O artigo 188, do Código de Processo Civil, segundo o qual a Fazenda Pública dispõe do prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, é aplicável ao Juizado Especial Federal Cível, pois, harmoniza-se com os princípios da simplicidade, informalidade e economia processual.

a) apenas a I está correta.

b) I e III estão corretas.

c) I, II e III estão corretas.

d) II, III e IV estão corretas.

31) Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta:

a) Concluídas todas as diligências pertinentes ao caso sob investigação, a autoridade policial deve elaborar o relatório final. Se entender que não houve crime, excepcionalmente pode determinar o arquivamento, *ad referendum* do Ministério Público Federal;

b) O Procurador da República pode determinar o arquivamento do inquérito policial se a autoria do crime não estiver suficientemente comprovada; neste caso, a validade do ato dependerá de ratificação do Procurador-Geral da República, no prazo de 15(quinze) dias;

c) Tratando-se de tráfico internacional de entorpecentes, de competência da Justiça Federal, o Juiz Federal pode baixar portaria instauradora de inquérito policial;

d) O prazo de conclusão do inquérito policial, na Justiça Federal, é de

15(quinze) dias, no caso de réu preso.

32) Assinale a alternativa correta:

- a) Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95), mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se, por analogia, o art. 28 do Código de Processo Penal;
- b) Nos crimes hediondos, o Supremo Tribunal Federal, recentemente, em sede de controle difuso, afastou o óbice legal que impedia a progressão de regime; no entanto, nestes crimes não cabe o relaxamento da prisão por excesso de prazo;
- c) Compete ao Tribunal Regional Federal, originariamente, processar e julgar ex-Prefeito por crime de competência da Justiça Federal;
- d) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal, deverá comunicá-la à autoridade policial somente por escrito, a fim de evitar o anonimato, vedado pela Constituição Federal.

33) Assinale a alternativa correta:

- a) No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem;
- b) O prazo para apresentação das alegações finais, para ambas as partes, estando o réu preso, será de 5(cinco) dias;
- c) O inquérito policial é imprescindível ao oferecimento da denúncia;
- d) No processo penal, o juiz não pode decretar a prescrição de ofício.

34) A reparação do dano antes do recebimento da denúncia ou queixa:

- a) Exclui o crime de estelionato e possibilita o trancamento de futura ação penal.
- b) Exclui o crime de estelionato, caracterizando somente a tentativa.
- c) Exclui o crime de estelionato se houve o perdão da vítima.
- d) Não exclui o crime de estelionato.

35) Apropriação indébita é:

- a) Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a propriedade.
- b) Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção.

- c) Apropriar-se de coisa alheia móvel ou imóvel, de que tem a posse ou propriedade.
- d) Apropriar-se de coisa alheia móvel ou imóvel, de que tem a posse ou a detenção.

36) A falsificação de moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro, é exemplo de crime contra:

- a) Economia Popular
- b) Fé Pública
- c) Administração Pública
- d) Administração em Geral

37) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, é:

- a) Peculato
- b) Corrupção ativa
- c) Concussão
- d) Condescendência criminosa

38) Em relação ao entendimento do STF no que tange à ausência de apresentação de alegações finais pela defesa quando instada para tanto, é correto afirmar que:

- a) constitui nulidade absoluta em qualquer hipótese, haja vista os princípios da verdade real e da ampla defesa que vigoram no processo penal brasileiro;

- b) constitui nulidade relativa caso o réu possua defensor dativo;
- c) não constitui nulidade em qualquer hipótese, considerando que o réu exercita sua defesa em outras fases do procedimento;
- d) não constitui nulidade absoluta caso o réu possua defensor constituído;

39) De acordo com o entendimento sumulado do STJ, a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo:

- a) pode ser argüida quando o processo encontra-se na fase de alegações finais;
- b) não pode ser argüida após o encerramento da instrução criminal;
- c) pode ser argüida a qualquer tempo;
- d) pode ser argüida após a fase do art. 499, desde que o réu esteja detido em razão de prisão temporária;

40) De acordo com o Código de Processo Penal, é possível haver novo interrogatório do acusado?

- a) sim, pois não vigora no processo penal o princípio da identidade física do juiz;
- b) não, haja vista o instituto da preclusão;
- c) não, pois há no processo penal a obrigatoriedade do juiz coletar pessoalmente as provas, tendo contato direto com o material produzido;
- d) sim, mas apenas quando solicitado pelo réu para exercer o direito de retratação quanto ao narrado no interrogatório anterior;

## QUESTÕES DISCURSIVAS

1) Tício foi aprovado em concurso público para o cargo de agente de segurança. Antes de expirado o seu prazo de validade, houve a realização de novo concurso para o mesmo cargo. Os novos concursados foram imediatamente nomeados e empossados. Tício, sentindo-se injustiçado, dirigiu-se ao serviço de Atermação (atendimento ao público) do Juizado Especial Federal para indagar se é possível insurgir-se contra o ato de nomeação dos novos candidatos.

Considerando as normas constitucionais que disciplinam a Administração Pública (Capítulo VII do Título III da Constituição Federal de 1988), discorra sucintamente acerca da legalidade do aludido ato de nomeação.

2) Distinga coisa julgada material e coisa julgada formal.

GABARITO



1. D
2. C
3. C
4. D
5. C
6. B
7. D
8. A
9. D
10. A
11. C
12. B
13. C
14. D
15. A
16. C
17. C
18. B
19. D
20. A
21. C
22. A
23. B
24. B
25. B
26. C

27. D

28. B

29. D

30. A

31. D

32. A

33. A

34. D

35. B

36. B

37. C

38. D

39. B

40. A